

SIGNIFICADO E VERDADE NA ÚLTIMA FASE DO PENSAMENTO DE CARNAP

Mario A. L. GUEIRREIRO
Deptº de Filosofia da UFRJ

RESUMO

Na obra *Die Logische Syntax der Sprache* Carnap parece tentar oferecer uma solução de natureza sintática a problemas de natureza semântica. O malogro deste intento levou Carnap em *Meaning and Necessity* a buscar um novo método de análise dos significados de expressões lingüísticas. Argumenta-se neste artigo que embora a obra supramencionada apresente contribuições relevantes, sua conceituação básica não é clara e a pretensão de construção de um novo método não foi resgatada.

ABSTRACT

In his work *Die Logische Syntax der Sprache* Carnap tried to produce a syntactical solution for problems of semantics. Carnap failure in this project led him to look in *Meaning and Necessity* for a new method of analysis for the meaning of linguistic expressions. It is argued here that, although *Meaning and Necessity* presents an important contribution to Philosophy, its basic structure

is not clear and the project of producing a new method is not presented there.

Na problemática desenvolvida em *Die Logische Syntax der Sprache* (1934) não há lugar para a semântica. A relação entre linguagem e realidade é colocada entre parênteses. Carnap está preocupado em construir uma estrutura lingüística adequada para a expressão do pensamento científico. Entre outras coisas, ele procura mostrar como sentenças formuladas no *modo material (conteudístico) de expressão (inhaltliche Redeweise)* podem e devem ser traduzidas para o *modo formal de expressão (formale Redeweise)*. Referindo-se a esta forma de tradução, Carnap afirma:

Nossas investigações mostraram que todas estas sentenças podem ser formuladas de modo tal que não se referem ao sentido e ao significado, porém à forma sintática das sentenças e de outras expressões. Todas elas podem ser traduzidas para o modo formal de expressão ou, em outras palavras, para sentenças sintáticas. *A lógica da ciência é a sintaxe da linguagem da ciência* (o grifado é de Carnap (1934 § 81)) .

Esta última afirmação condensa fielmente o objetivo do programa de investigação desenvolvido pelo filósofo. Cabe à filosofia da ciência ou epistemologia ("lógica da ciência") explicitar a sintaxe da linguagem da ciência e, ao mesmo tempo, rejeitar quaisquer expressões não formuladas na sintaxe dessa linguagem como formulações inadequadas e obscuras.. Em seqüência ao item anterior, em § 82, Carnap acrescenta que a análise lógica da física - ciência tomada como modelo de procedimento científico - é a sintaxe da linguagem da física. Os problemas epistemológicos envolvidos neste domínio - à exceção dos pseudoproblemas metafísicos - são em parte questões empíricas (a maioria das quais, segundo Carnap, pertencentes à psicologia) e em parte questões lógicas pertencentes à sintaxe.

Ainda que admitíssemos que as chamadas questões empíricas, na sua maior parte, devam ser tratadas pela psicologia, é difícil conceber como isto poderia ser feito sem envolver a relação entre linguagem e realidade e sem enfrentar os problemas

relacionados com o sentido (*Sinn*) e a referência (*Bedeutung*) das expressões lingüísticas. Além disso, o próprio sistema de tradução desenvolvido por Carnap extravasa o domínio estrito da sintaxe, coisa inevitável quando está em jogo a tradução de expressões formuladas na linguagem comum. Apesar disto, Carnap encara a semântica com fortes suspeitas, coisa que é difícil de se compreender considerando que Carnap foi aluno de Frege e estava a par da precisão conferida por este último no que concerne ao tratamento de questões relacionadas com o significado e a verdade.

Todavia, isto se torna mais fácil de ser compreendido quando levamos em consideração que, para Carnap, todos os impasses semânticos são decorrentes de imprecisões e defeitos na estrutura sintática da linguagem natural, que podem ser perfeitamente sanados mediante reconstruções de acordo com uma sintaxe lógica ou simplesmente considerados logicamente inconstrutíveis.

Pouco antes da publicação de *Die Logische Syntax der Sprache* (1931), Carnap havia publicado um pequeno artigo em que se propunha a exemplificar o supra mencionado ponto de vista. Em *Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache* (Superação da Metafísica pela Análise Lógica da Linguagem, 1931), Carnap toma como exemplo uma breve passagem da obra de M. Heidegger *Was ist Metaphysik?* (1929) em que, segundo suas próprias palavras, são de tectáveis "pseudo-asserções de caráter metafísico de um tipo em que a violação da sintaxe lógica é especialmente óbvia, embora (essas pseudo-asserções) estejam de acordo com a sintaxe gramatical" (Carnap 1931, 23).

Desse modo, em uma sentença como: (a) "O nada nadifica" ("Das Nichts nichtet") o defeito consiste em usar a forma substantivada "O nada" como um nome, tal como se designasse algo podendo ser portador de alguma propriedade (no caso a de "nadificar"). De acordo com Carnap, sentenças tais como: (a) "O nada nadifica" ou (b) "Conhecemos o nada" não são autênticas asserções: são pseudo-asserções de caráter metafísico e são inconstrutíveis dentro de uma sintaxe lógica.

Há aqui alguns problemas intrincados. Tentaremos tocar apenas em alguns pontos importantes com vistas a uma apreciação dos conceitos básicos da semântica de Carnap. Em primeiro lugar, é difícil compreender o sentido emprestado à expressão "violação da sintaxe lógica", que figura em diversas passagens cruciais de diversos textos do filósofo. Carnap admite que, no que se refere à sintaxe lógica da física - tomada como paradigma de científicidade - não há uma explicação exaustiva disponível. Ele toma para si a tarefa de aprofundar a explicação e a reconstrução dessa estrutura de linguagem. Mas se é assim, como falar em "violação"? Tem sentido falar em violação de um princípio - o de não contradição, por exemplo - sob o pressuposto de que dispomos de uma formulação explícita e bem elaborada.

Em segundo lugar: levando em consideração os exemplos apresentados por Carnap (1931), cabe por em questão se o defeito encontrado na linguagem natural é de natureza sintática ou semântica. Carnap recorre à noção de "designação", e esta noção é crucial para aquilo que ele entende por "violação". Todavia, "designação" é uma noção tipicamente semântica, não importando o conceito que se tenha em mente. Assim como o critério para reconhecimento de uma sentença bem-formada só pode ser de natureza sintática, a exigência de expressões referenciais ou designativas só pode ser formulada em termos semânticos ou pragmáticos (não em termos sintáticos). No que diz respeito especificamente ao termo "nada" ou sua forma substantivada "o nada", há dificuldades no seu emprego, mas estas são de natureza eminentemente semântica.

A impressão gerada pelo projeto de transcrição apresentado em *Die Logische Syntax der Sprache* é que Carnap tenta desesperadamente dar uma solução de natureza sintática a problemas de natureza semântica, diferentemente de Frege e Russell - seus dois mais importantes pontos de referência. Ao que tudo indica, Carnap percebeu que seu projeto não poderia ser levado adiante, a não ser enfrentando os problemas semânticos. Em 1941, ele publica uma introdução à semântica e em 1946 publica *Meaning and Necessity*. Nesta última obra, Carnap diz

explicitamente que pretende desenvolver um novo método para a análise dos significados das expressões lingüísticas da linguagem comum e a estabelecer os fundamentos de uma lógica modal do tipo alético. A primeira tarefa preenche a maior parte da obra e a segunda é bastante reduzida. O que nos interessa no presente momento é justamente o novo método de análise proposto por Carnap.

A impressão geral produzida pela supramencionada obra é bastante insatisfatória. É inegável que Carnap apresenta algumas contribuições particulares de grande relevância, mas sua conceituação básica não é de nenhum modo clara e a promessa de um "novo método" não é cumprida. Em uma resenha crítica, G. Ryle (1949) resume seu ponto de vista em relação à referida obra nos seguintes termos: "an astonishing blend of technical sophistication with philosophical naiveté" ("uma espantosa mistura de sofisticação técnica com ingenuidade filosófica"). À primeira vista, pode parecer que Ryle é injusto e irreverente para com um filósofo inegavelmente brilhante e criativo. Pode parecer também que está em jogo um *parti pris* de um defensor da chamada "análise da linguagem comum" (Ryle) em relação a um defensor da chamada "análise lógica da linguagem" (Carnap). No entanto, Ryle apresenta as razões que o levaram a emitir um juízo crítico tão desabonador e estas não devem ser ignoradas.

De saída, há grande dificuldade em compreender o que há de novo na substituição de alguns termos técnicos por outros. Por exemplo: a diferença entre o par de conceitos sentido e referência (*Sinn und Bedeutung*) tal como empregados por Frege e o par de conceitos *intensão e extensão* (*intension and extension*) tal como empregados por Carnap. O próprio Carnap faz alusão ao par de conceitos freguiano e diz que prefere substituí-lo pelo seu. Todavia, as razões apresentadas não são satisfatórias.

Carnap começa admitindo não haver qualquer incompatibilidade entre os dois pares. Posteriormente, afirma que a escolha entre esses dois pares de conceitos é algo análogo à de dois diferentes métodos para a classificação de animais. Considerando que ambos os métodos são adequados, a escolha

deve recair sobre o "mais proveitoso para a consecução do propósito comum a que ambos se destinam, a saber: a classificação dos animais" (Carnap 1947, 128).

Em primeiro lugar, a comparação é infeliz e despropositada. Fosse o caso de conceitos classificatórios, Carnap poderia ter razão. Todavia, "sentido" e "referência", tal como empregados por Frege, não são conceitos classificatórios: são essencialmente conceitos explicitativos destinados a elucidação de papéis desempenhados na linguagem por termos e sentenças. Ainda que abrissemos mão dessa distinção entre tipos de conceitos, não saberíamos como determinar qual dos dois pares é o mais proveitoso, sem proceder a uma explicitação de cada qual e a uma comparação entre ambos.

Carnap, no entanto, não explicita nem compara de modo satisfatório: limita-se a insinuar que devemos escolher o mais proveitoso. Em uma outra passagem, ele acrescenta que a relação entre linguagem e realidade deve ser examinada a partir de duas partes: a *teoria da intensão* e a *teoria da extensão*. A primeira lida com conceitos tais como os de "sinonímia" e "analiticidade", ao passo que a segunda lida com os de "denotação", "nomeação" e "verdade". (Carnap 1946, 233). Aqui, novamente, fica difícil perceber qual a diferença entre os tópicos elencados pelas duas teorias de Carnap e isto que se poderia chamar de *teoria do sentido* e *teoria da referência*, respectivamente.

O que há de novo é o conceito de "designador". Até onde nos é dado saber, trata-se de uma criação de Carnap. Ele diz que a classe dos designadores pode se ampliar ou se estreitar, de acordo com o método de análise empregado. Contudo, em *Meaning and Necessity*, a referida classe se compõe de sentenças declarativas, expressões de predicado e expressões individuais (quer dizer: que se referem a indivíduos). Carnap propõe intensões e extensões para todos esses designadores e alega que essa estratégia pode evitar alguns impasses incontornáveis gerados por outras teorias semânticas. Se esta alegação é procedente ou não, isto é algo a ser examinado com bastante cuidado. De qualquer forma, Carnap pede que aceitemos duas definições básicas:

- (1) dois designadores têm a mesma extensão = df. são equivalentes
- (2) dois designadores têm a mesma intensão = df. são L-equivalentes

Desse modo, por " D_1 é equivalente a D_2 ", Carnap entende: " D_1 se e somente se D_2 é verdadeiro" e por " D_1 é L-equivalente a D_2 " Carnap entende: " D_1 se e somente se D_2 é L-verdadeiro. A introdução dos metapredicados "verdadeiro" e "L-verdadeiro" indica que as duas formas de equivalência aventadas por Carnap valem para um e somente um tipo de designador: a sentença declarativa. Apesar disto, Carnap estabelece um quadro em que todos os designadores possuem uma extensão e uma intensão.

designador	extensão	intensão
sentença declarativa	valor de verdade	proposição
predicador	classe correspondente	propriedade correspondente
expressão individual	indivíduo	conceito individual

Logo à primeira vista, pode-se perceber que o que está em jogo é a sentença declarativa e suas partes. Carnap adverte que é justamente este o objeto da sua investigação. O esquema acima não deve ser tomado como uma ferramenta simples para resolver todos os complexos problemas da semântica, porém como um instrumento adequado para o equacionamento de uma questão bem restrita e crucial: a análise da sentença declarativa e suas partes. Carnap acrescenta que essas intensões e extensões devem ser tomadas como "entidades objetivas, não-mentais, não-lingüísticas, que podem ou não ser exemplificadas na natureza" (Carnap 1946, 27-8).

Há alguns pontos obscuros e algumas perplexidades nesse encaminhamento. É bastante compreensível que Carnap

situe indivíduos no domínio da extensão. Quer entendamos que indivíduos são simples ou construtos de dados sensíveis, é difícil concebê-los como entidades intensionais. Causa estranheza Carnap situar nesse mesmo domínio as classes correspondentes aos predicadores. Pode-se até admitir que agregados são entidades dessa natureza, mas classes não se identificam com agregados. Quanto à afirmação de que essas intensões e extensões são "entidades objetivas", não sabemos se Carnap tem em mente o conceito freguiano de "objetividade" (*Objektivität*) pensado em contraposição ao de "atualidade" (*Wirklichkeit*) e comportando a distinção de objetividade "sensível" e "não-sensível".

A expressão "não-mental", tal como empregada na supracitada expressão, sugere que Carnap pretende afastar o caráter subjetivo, privado e idiossincrásico das chamadas "representações" (*Vorstellungen*), e isto lembra outra conhecida distinção feita por Frege. No entanto, Carnap não presta suficientes esclarecimentos quanto ao uso dessas expressões, não se detém em uma comparação entre a abordagem de Frege e a sua e, o que é mais grave, parece eludir os problemas ontológicos suscitados por suas próprias classificações e distinções. É preciso acrescentar que nada mais estamos fazendo do que sumariar algumas das críticas endereçadas a Carnap nos finais da década de quarenta e inícios da de cinquenta.

Como veremos mais adiante, Carnap ofereceu uma resposta a essas críticas. Contudo, antes de examinar as respostas oferecidas, sentimo-nos na obrigação de apresentar as razões pelas quais G. Ryle, na supramencionada resenha crítica, foi levado a emitir um parecer tão desfavorável a *Meaning and Necessity*. De acordo com Ryle, a "ingenuidade" atribuída a Carnap consiste basicamente no fato de Carnap aceitar tacitamente a concepção de Frege, segundo a qual perguntar: "O que significa a expressão e_1 ?" consiste em perguntar: "O que representa ou substitui e_1 na relação em que o nome "Fido" representa ou substitui o cachorro Fido"? Para Ryle, isto consiste em admitir que o significado de qualquer expressão lingüística é a coisa (o processo, a pessoa ou a entidade) de que esta expressão é um nome próprio. Trata-se da teoria Fido-Fido, que, segundo Ryle, é uma teoria grotesca (*la grotesque*

theory), incapaz de funcionar mesmo no caso de algumas expressões nominativas (Ryle 1962, I, 235).

De acordo ainda com Ryle, uma das evidências do caráter desastroso da referida teoria foi a dificuldade em que se viu Frege com seu conceito de identidade referencial, quando ele identificou a referência das expressões "Estrela Matutina" e "Estrela Vespertina", distinguiu seus respectivos sentidos e passou a tratá-los como objetos nomeados pelas expressões nos discursos indireto e modal. Segundo Ryle, Carnap procedeu do mesmo modo ao conferir às duas expressões a mesma extensão, o planeta Vênus, e ao afirmar que elas designam dois distintos conceitos individuais.

A crítica de Ryle parece procedente. Ele diz que entendemos perfeitamente o que querem dizer expressões tais como "o primeiro papa americano" ou "O Presidente do Reino Unido", ainda que não existam os indivíduos pseudonomeados por essas expressões, Ryle entende que dizer que tais expressões nomeam um sentido ou designam um conceito individual nada mais é do que uma forma perversa de dizer que, embora essas expressões não designem coisa alguma, são dotadas de significado (*meaningful*). Ryle acrescenta que é mais perverso ainda aplicar o modelo dos nomes próprios a expressões que não são sequer candidatas à função de nomear algo. Indagar se uma expressão de predicado substitui ou representa uma propriedade ou uma classe é gerar um falso dilema; não sendo nomes próprios, elas não substituem nem representam coisa alguma (e lembremos que os predicadores de Carnap têm como extensão classes e como intensão propriedades).

Pensamos que Ryle tem razão, embora tenha sido talvez traído pela ambigüidade da expressão "dotado de significado" (*meaningful*). É contraditório dizer que uma expressão não-designativa ("o primeiro papa americano", por exemplo) é dotada de referência, porém não é contraditório dizer que uma expressão desse tipo é dotada de sentido. O sentido é condição necessária para a referência, mas a recíproca é improcedente. A grande dificuldade, que, por sinal, já havia sido apontada por Frege, é que a linguagem natural apresenta inúmeras expressões cujo sentido é perfeitamente inteligível e a referência é inexistente ou duvidosa.

Se o que está em jogo é uma teoria semântica da linguagem natural, temos de encontrar algum modo de lidar com esse tipo de expressões.

Ryle procura estender sua crítica de Carnap a Frege. De acordo com Ryle, Frege teria caído na mesma arapuca em que caiu Carnap quando se viu compelido a procurar nomeados para sentenças declarativas. Tal como Frege, Carnap recorre ao que Ryle chama de "uma engenhoca esquisita" ("a queer contraption") chamada "valor de verdade", que é o objeto O Verdadeiro ou o objeto O Falso. Para Ryle, não se verifica aqui nenhuma diferença entre as articulações feitas por Frege e Carnap. O primeiro afirma que as sentenças têm sentido e nomeam pensamentos; o segundo afirma que as sentenças tem intensão e designam proposições.

Procurando esclarecer o caráter específico da sua crítica, Ryle afirma que não pretende defender a idéia de que sentenças declarativas são desprovidas de sentido, nem chamar a atenção para as dificuldades ontológicas envolvidas com a admissão de coisas tais como "proposições". Ryle assevera que o que ele reprova em Frege e Carnap é eles terem equacionado "ter um sentido" com "ser um nome próprio" e, a partir daí, terem passado a tratar pensamentos ou proposições como entidades subsistentes.

Ao menos no que diz respeito às questões ontológicas suscitadas pelos conceitos de intensão e extensão, Carnap procura oferecer uma resposta em *Empiricism, Semantics and Ontology* (1950). Logo no começo deste artigo, ele procura desfazer um vínculo tradicional entre empirismo e nominalismo. Ele tenta mostrar que é possível sustentar uma posição empirista no tocante à epistemologia e ao mesmo tempo rejeitar um compromisso ontológico com o nominalismo. A idéia geral defendida por Carnap é que é muito difícil, em determinados contextos científicos, evitar referências a "entidades abstratas" tais como propriedades, classes, relações, números e proposições. Por outro lado, Carnap reconhece que a alternativa para o nominalismo, o realismo (no sentido medieval), pode conduzir a uma ontologia platônica, e isto é algo que ele pretende também rejeitar.

O propósito deste artigo é esclarecer este assunto controverso. A natureza e as implicações de uma linguagem fazendo referência a entidades abstratas será primeiramente discutida de modo geral; mostraremos que o uso dessa linguagem não implica um compromisso com uma ontologia platônica: é perfeitamente compatível com o empirismo e com o pensamento estritamente científico. Posteriormente, discutiremos a questão especial do papel das entidades abstratas na semântica (Carnap 1950, 206).

Um dos pontos cruciais no referido artigo é a distinção entre o que Carnap entende por *questões internas* e *questões externas*. Basicamente, as questões internas apresentam um caráter específico e devem ser respondidas no interior de um sistema ou estrutura lingüística. As questões externas apresentam um caráter geral e não podem ser respondidas no interior de um particular sistema ou estrutura em que são suscitadas, porquanto põem em questão o status ontológico e a validade do próprio sistema. Desse modo, uma questão tal como "Existem números primos?", é uma questão interna e recebe uma resposta afirmativa dentro do seu contexto relevante, a aritmética. Todavia, uma questão tal como "Existem números?" é uma questão externa que põe em questão o *status* ontológico da própria aritmética e não pode ser respondida no interior do sistema numérico.

Concordamos com A. J. Ayer (1982, 161) quando ele afirma que há uma validade parcial na distinção carnapiana, se a tomamos como "um guia para as diferentes maneiras pelas quais podem ser respondidas as questões existenciais. Uma questão interna é algo que pode ser respondido mediante a apresentação de exemplos do tipo de entidade cuja existência está em discussão. Uma questão externa é algo que não comporta a apresentação de exemplos ou admite exemplos sem considerá-los provativos". Contudo, há algumas dificuldades na referida distinção. Como não dispomos de espaço para um exame detalhado, concentrar-nos-emos em um ponto fundamental para nossa apreciação. Causa grande estranheza a afirmação de Carnap segundo a qual as questões internas apresentam um caráter *teórico*, ao passo que as

externas apresentam um caráter *prático*. Mas em que sentido? Carnap procura elucidar o sentido dessa particular distinção em algumas passagens:

Temos de encarar uma importante questão. Trata-se de uma *questão prática*, não teórica (o grifado é nosso). É a questão de aceitar ou não novas formas lingüísticas. A aceitação não pode ser julgada como sendo verdadeira ou falsa, porque não é uma asserção. Pode ser julgada somente como sendo *mais eficaz, proveitosa e capaz de conduzir ao objetivo a que se destina a linguagem* (o grifado é nosso) (Carnap, 1950, 209).

E na conclusão do referido artigo, Carnap acrescenta:

A aceitação ou a rejeição de formas lingüísticas abstratas, assim como a aceitação ou a rejeição de quaisquer outras formas lingüísticas em qualquer domínio da ciência, *será decidida em última instância por sua eficiência como instrumentos* (o grifado é nosso) (Carnap 1950, 221).

A partir de passagens como as supracitadas fica bastante claro que o critério é a eficácia instrumental. O convencionalismo de Carnap se aproxima do operacionalismo de Bridgman e de outras variações de utilitarismo. E é justamente a partir do estabelecimento desse critério - que segundo pensamos é simplesmente desastroso - que Carnap introduz seu *princípio de tolerância*, de acordo com o qual podemos empregar qualquer linguagem e fazer referência a quaisquer entidades, desde que os objetivos justifiquem os meios, ou seja: desde que o emprego se mostre proveitoso e eficaz em relação à finalidade visada.

Não podemos desconsiderar que o espírito dessa tomada de posição - tal como Carnap explicita claramente na apresentação do propósito do seu artigo - consistia em rejeitar uma ontologia nominalista por esta apresentar sérios empecilhos para a expressão do pensamento científico e, ao mesmo tempo, evitar um compromisso ontológico em relação ao platonismo. Não há dúvida de que Carnap se desfaz do nominalismo, mas não é seguro que ele

tenha evitado o platonismo. Contudo, o que nos parece mais desastroso e indesejável é o custo gerado pelas conseqüências não-desejadas do critério de eficácia ligado ao princípio de tolerância, pois ele abre caminho para uma perigosa espécie de anomia ontológica cujo resultado pode ser sua associação com um anarquismo epistemológico (o *anything goes* de Feyerabend, por exemplo).

Pode-se alegar a favor do princípio de tolerância de Carnap que ele estabelece algumas restrições. Por exemplo: proposições não analiticamente verdadeiras têm de ser testadas pela observação empírica. Contudo, Carnap admite que as estruturas lingüísticas que escolhemos podem comportar seus próprios critérios de verificação, e isto faz com que essa restrição se torne inócua.

Em *Meaning and Necessity*, Carnap afirma estar interessado unicamente em *designadores* e entende que estes possuem significado cognitivo ou referencial. Em decorrência desta limitação auto-imposta, o método de Carnap visa somente as sentenças declarativas e suas partes. Cabe indagar qual o critério para o reconhecimento de uma sentença desse tipo.

Sentenças declarativas costumam ser delimitadas de duas maneiras. Se são sintaticamente delimitadas, há o recurso a regras de formação (no caso de linguagens artificiais) ou a regras gramaticais (no caso de linguagens naturais). Se são semanticamente delimitadas, tem-se de decidir quais expressões bem-formadas são e quais não são portadoras de valores de verdade. Mas como decidir quais das expressões sintáticas do tipo designador são portadoras de valores de verdade? Se o procedimento empregado fosse de caráter puramente sintático, todas as expressões dotadas de uma peculiar estrutura sintática seriam consideradas do tipo declarativo, independentemente da sua interpretação e do seu significado. Mas o procedimento de Carnap é semântico.

Carnap afirma que só está interessado nas expressões portadoras de valores de verdade. Ele toma a extensão da classe das sentenças em que está interessado como seus valores de verdade. Assim sendo, cabe indagar qual o critério proposto por Carnap para decidir quais sentenças declarativas são portadoras de

valores de verdade. Em *Meaning and Necessity*, Carnap limita-se a dizer que as sentenças verdadeiras são as que correspondem a estados de coisas:

Pela propriedade *Preto* queremos dizer algo que uma coisa pode ter ou não e que esta mesa realmente tem. Analogamente, pela proposição de que esta mesa é preta, queremos dizer algo que é realmente o caso no tocante a esta mesa, algo exemplificado pelo fato de a mesa ser tal qual é (Carnap 1946, 28).

Carnap admite que esta versão simplificada de um critério do tipo correspondentista aplica-se somente ao caso de sentenças verdadeiras. No caso das proposições falsas, a dificuldade é maior. Elas não podem ser consideradas desprovidas de significado (*meaning less*), porque compreendemos seu significado (*meaning*), antes de sabermos se são verdadeiras ou falsas (Carnap 1946, 29). Aqui novamente deparamos com a ambigüidade de "*meaningless*". Ao admitir que essas proposições não podem ser consideradas desprovidas de significado "*meaningless*", Carnap está admitindo que elas não podem ser consideradas desprovidas de sentido (*senseless ou Sinnlos*), uma vez que são admitidamente desprovidas de referencia (*Bedeutunglos*).

Carnap admite textualmente que a compreensão do sentido de uma proposição é anterior à determinação do seu valor de verdade e independente desta determinação: "We understand their meaning before we know whether they are true or false" ("compreendemos seu significado (entenda-se "sentido") antes de sabermos se elas são verdadeiras ou falsas"). (Carnap 1946, 29). Assim sendo, o problema do sentido nada tem a ver com o do possível valor de verdade de uma proposição. O que está em jogo em qualquer critério do tipo correspondentista é a referência de uma proposição por suposição dotada de sentido. Pode-se dizer que Carnap coloca uma indagação correta e proveitosa nos seguintes termos.

O que são então essas falsas proposições?

Há quaisquer entidades das quais podemos dizer que são expressas por essas falsas sentenças, mas para as quais

não podemos assinalar quaisquer fatos exemplificadores? (Carnap 1946, 29).

De acordo com Carnap, Russell decidiu usar o termo “proposição” (*proposition*) para o que é expresso por uma sentença, ou melhor : “para a significação (*signification*) de uma sentença, contanto que uma entidade deste tipo possa ser encontrada” (Carnap 1946, 29). Nesta passagem, por “signification” devemos entender “referência”, não “sentido”. Carnap acrescenta que Russell não conseguiu encontrar uma entidade do referido tipo no domínio objetivo, fatural e, a partir deste fracasso, Russell entabulou o seguinte raciocínio: “Uma vez que uma sentença significativa (*a significant sentence*) pode ser falsa, fica claro que a significação de uma sentença (*the signification of a sentence*) não pode ser o fato que a faz verdadeira ou falsa. Tem de ser portanto algo na pessoa que acredita na sentença, não no objeto a que se refere a sentença”. Neste outro contexto, Russell emprega a expressão ambígua “significant sentence” com a acepção de “sentença dotada de sentido”. Carnap rejeita a alternativa de Russell alegando que este “escolhe um *explicatum* subjetivo, mental, para o conceito de proposição, somente ou principalmente porque, na sua opinião, não ha outro modo de superar a dificuldade relacionada com as proposições falsas” (Carnap 1946, 29).

Neste particular, estamos de pleno acordo com Carnap. Não há dúvida de que o critério correspondentista de verdade, qualquer que seja a sua formulação, enfrenta grandes dificuldades. Desde Platão, sabemos que as proposições negativas e falsas são um tópico espinhoso para quem queira sustentar um critério desse tipo. Todavia a solução de Russell é inaceitável e, segundo pensamos, decorre de grande confusão que este faz com os conceitos de sentido e referência.

Carnap alega que é possível fornecer uma interpretação objetiva para o termo “proposição” aplicável às sentenças falsas. Começa afirmando que um predicador composto, “H. T.”, pode expressar uma propriedade vazia, quer dizer: não-exemplificada por qualquer indivíduo. De acordo com Carnap, a constatação de que alguns predicadores são vazios não pode impedir a explicação

de propriedades como entidades objetivas. De modo análogo, o fato de que algumas sentenças são falsas não exclui a explicação de proposições como entidades objetivas (Carnap 1946, 30).

Ainda que aceitemos a inexistência da supramencionada exclusão, o fato é que Carnap não procede a nenhuma explicitação de como seu critério correspondentista se aplica às proposições falsas. Ele chega mesmo a fazer a desconcertante asserção de que suas observações sobre o conceito de proposição não desempenham um papel crucial em *Meaning and Necessity*. Referindo-se às suas observações, ele afirma:

O propósito das observações precedentes foi de facilitar a compreensão da nossa concepção de proposições. Se, no entanto, o leitor achar essas explicações mais embaraçosas do que esclarecedoras, ou mesmo inaceitáveis, pode simplesmente desconsiderá-las. Elas não constituem uma base necessária para posteriores discussões neste livro; elas serão raramente mencionadas novamente (Carnap 1946,31).

Trata-se de fato de uma desconcertante passagem: não se pode censurar quem for levado a pensar que Carnap está apresentando uma evasiva diante de uma dificuldade teórica. Carnap completa seu pensamento dizendo que, para suas discussões posteriores envolvendo o conceito de proposição, "basta assumir que elas (as proposições) são entidades de qualquer tipo preenchendo as seguintes condições:

- (1) Para cada sentença em um sistema semântico S, exatamente uma entidade deste tipo é assinalada pelas regras de S.
- (2) A mesma entidade é assinalada para duas sentenças em S, se e somente se estas sentenças são L-equivalentes" (Carnap 1946, 31-2).

Não resta dúvida de que (1) e (2) são condições necessárias ao menos do ponto de vista semântico formal, mas isto não é suficiente para o estabelecimento de um critério semântico

de verdade. Em *Meaning and Necessity*, Carnap não retoma qualquer discussão sobre o critério de verificabilidade. Em um artigo anteriormente publicado, *Testability and Meaning* (1936-1937), Carnap substitui o conceito de pelo de verificação pelo de **confirmação** e em um livro posteriormente publicado, *The Logical Foundations of Probability* (1950), Carnap aprofunda seu conceito de confirmação. A problemática desenvolvida nesta última obra já está anunciada em uma passagem inicial da primeira em que Carnap presta um esclarecimento conceitual fundamental para a compreensão da sua mudança de critério:

Se, por verificação, se entende um estabelecimento definitivo e final da verdade, então, como veremos, nenhum enunciado (sintético) é jamais verificável. Podemos somente confirmar, cada vez mais, uma sentença. Portanto, falaremos do problema da **confirmação** em vez de falar do problema da verificação. Distinguímos o teste de uma sentença de sua confirmação, entendendo por isso um procedimento por exemplo, a realização de determinados experimentos _ que conduz à **confirmação de algum grau da própria sentença ou de sua negação** (o grifado é nosso). Diremos que uma sentença **é testável** (o grifado é de Carnap) se conhecermos um desses métodos para testá-la; e diremos que **é confirmável** (o grifado é de Carnap) se soubermos sob que condições a sentença seria confirmada. (Carnap 1936, 54).

A noção de "confirmação de algum grau da própria sentença ou de sua negação" envolve a noção de probabilidade, mas *The Logical Foundations of Probability* é um livro que não faz jus ao seu título, porquanto não se pode dizer que haja qualquer fundamentação lógica. Tal qual seus antecessores - J. Keynes e H. Reichenbach principalmente - Carnap promete uma fundamentação lógica mas se ancora fortemente no senso comum. Pode-se dizer que o problema legado por Hume - o dos fundamentos da indução - continua de pé e o apelo carnapiano ao senso comum quando muito serviria para esclarecer nossos procedimentos na vida prática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AYER, A. J. (1982), *Philosophy in The Twentieth Century*, Counterpoint, Londres.
- CARNAP, R. (1931), *Überwindung der Metaphysik durch logische Analyse der Sprache* (tradução de A. Pap: *The Overcoming of Metaphysics through Logical Analysis of Language* em A. J. Ayer (organiz.) *Logical Analysis*, The Free Press, Nova Iorque, 1958).
- _____ (1934), *Die Logische Analyse der Sprache* (tradução: A. Smeaton: *The Logical Analysis of Language*, Littlefield, Adams & Co., New Jersey, 1959).
- _____ (1936) *Testability and Meaning*, em *Philosophy of Science*, nº 3 (tradução de L. J. Baraúna e P. R. Mariconda, *Testabilidade e Significado* em *Schlick e Carnap, Os Pensadores*, Abril, São Paulo).
- _____ (1946) *Meaning and Necessity*, The University of Chicago Press, segunda edição 1955.
- _____ (1950) *Empiricism, Semantics and Ontology*, apêndice da segunda edição de *Meaning and Necessity*
- RUSSELL, B. (1940) *An Inquiry into Meaning and Truth*, Pelican Books, Londres.
- RYLE, C. (1949) *Carnap's Meaning and Necessity, Philosophy*, vol . XXIV.